

31,9 milhões sobem de classe social

Estudo da FGV mostra mudanças nas classes sociais de 2005 a 2008 e crescimento de 14,98% no potencial de consumo

Adriana Chiarini

RIO

O potencial de geração de renda familiar cresceu mais do que o consumo entre 2003 e 2008, de acordo com estudo do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Enquanto o chamado "potencial do produtor" cresceu em torno de 28,32%, o do consumo aumentou 14,98%.

No mesmo período, 31,9 milhões de pessoas subiram de posição na pirâmide social, ingressando nas classes A, B e C.

As variações foram calculadas com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pelo lado do potencial de consumo, há influência do acesso a bens e a serviços públicos, condições de moradia e tipo de família (por exemplo, casal com ou sem filhos).

A posse ou uso de celulares e computadores pelas famílias, destaques de expansão no período, foi considerada no estudo como investimento. Por isso, foi colocada pelo lado do produtor, e não como bem de consumo.

"Isso explica uma parte do aumento do potencial do produtor ter sido maior que o de consumo, mas acho que computador e celular aumentam a produtividade", disse o economista-

chefe do CPS, Marcelo Neri, que se declarou surpreendido com o resultado.

Também entram no cálculo a inserção no mercado de trabalho; o nível de educação dos membros das famílias; a matrícula dos filhos em escolas públicas ou privadas, e o investimento em previdência. Na avaliação de Neri, "sementes plantadas na década de 90, como a estabilização, as reformas e o aumento do acesso à educação" podem ter influído para o aumento do potencial de geração de renda pelas famílias nesta década.

Renda do trabalho explica dois terços da queda da desigualdade

Outro estudo que Neri apresentou ontem mostrou que a renda do trabalho explica dois terços da queda da desigualdade entre 2001 e 2008, período um pouco maior. O Bolsa-Família responde por 17%, a renda de previdência 15,72% e as transferências privadas por 0,50%. Para ele, as duas conclusões estão relacionadas. "Tudo aponta mudanças na sociedade brasileira, no sentido que o valor do trabalho está aumentan-

do", afirmou.

Para o economista-chefe do CPS, "essa é a década da redução da desigualdade de renda e do aumento do emprego formal". Entre 2001 e 2008, os 10% mais pobres da população brasileira tiveram aumento de renda de 72,45%, enquanto para os 10% mais ricos esse crescimento de renda foi de 11,37%.

Neri considera a renda do trabalho superior a de transferências governamentais "até para a satisfação pessoal" de quem recebe. Dentro dos programas sociais, porém, defendeu o Bolsa-Família como o melhor para reduzir a desigualdade, "porque atinge realmente os mais pobres".

Segundo pesquisa do CPS, o Bolsa-Família beneficia principalmente a classe E, enquanto o reajuste do salário mínimo é melhor para a classe D. Já o reajuste da previdência melhora especialmente a renda da classe AB.

Neri declarou-se contra o aumento permanente do salário mínimo. Também avaliou que o aumento dos benefícios da previdência pode vir a dificultar o combate à desigualdade.

O economista também destacou o papel do mercado consumidor interno e do Bolsa-Família como "dupla de ataque" contra a crise econômica. "O Pelé é o mercado interno e o Tostão é o Bolsa-Família", comparou. ●